

América latina: proposta para renegociação geral da dívida.

Os países latino-americanos com grandes dívidas externas chegaram a um consenso, a nível técnico, sobre as bases para um entendimento com as nações credoras. Este anúncio foi feito ontem, em Caracas, pelo chefe da delegação peruana que está participando da conferência organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para discutir a dívida externa da América Latina, Manuel Ulloa.

O consenso anunciado por Ulloa foi obtido durante as reuniões técnicas, que duraram três dias e se encerraram ontem: A parte decisiva do encontro, porém, começa hoje, quando se iniciam os encontros a nível ministerial, para discutir as conclusões dos técnicos. Segundo Ulloa, "não deverá haver dificuldades para aprovar as bases de um entendimento, o que já supõe uma conclusão positiva da conferência".

O documento "Bases para um Entendimento" foi formulado por dezenas de especialistas financeiros de governos latino-americanos e dos Estados Unidos e reflete não apenas a posição e as aspirações da América Latina e do Caribe, pois os EUA também incluíram um parágrafo onde se comprometem a "aprofundar o diálogo".

Em princípio, o documento apresenta idéias e fórmulas concretas para futuras conversações sobre a renegociação dos 350 bilhões de dólares que as nações latino-americanas devem a mais de 1.400 bancos inter-

nacionais em sua maioria norte-americanos.

Segundo o diplomata brasileiro Diogo de Figueiredo, secretário-executivo do Conselho Interamericano para Assuntos Econômicos e Sociais — um órgão técnico da OEA —, o documento representa "o começo de um diálogo Norte-Sul no hemisfério ocidental".

Segundo ele, o diálogo está parado há dez anos, "mas agora foi dado um importante passo à frente".

Figueiredo não deu mais detalhes sobre o documento, elaborado com base nas observações feitas principalmente pela Venezuela e pelo Equador. Extra-oficialmente, contudo, ele disse que o ponto essencial do trabalho é um pedido de prazos de carência mais longos e taxas de juros mais baixas para a dívida externa da América Latina.

Juanto ao papel do FMI, o documento frisou que a assistência desta instituição "deve ampliar-se e adequar-se à necessidade de reverter a atual situação e sua tendência de agravamento". O trabalho destaca ainda a necessidade de conseguir a "pronta recuperação do nível de importações da América Latina", pois isto estimulará um ciclo expansivo da economia mundial. Por fim, os autores advertem que só poderá haver uma aliviação e duradoura reativação econômica se os países industrializados se forem dados a devida atenção ao problema dos países em

desenvolvimento, particularmente da América Latina.

Gestão coletiva

Apesar do otimismo dos técnicos quanto à aprovação das bases para uma negociação coletiva da dívida latino-americana, os observadores especializados lembram que o Brasil, o México e a Argentina, os três principais devedores da região, não parecem inclinados a se deixar levar pelos argumentos de nações como a Venezuela e o Equador, que sugerem uma ação conjunta para que se possa obter melhores condições de refinanciamento da parte do sistema bancário internacional.

Embora os três principais devedores reconheçam a validade dos argumentos venezuelanos e equatorianos — para quem se os termos da renegociação não forem suavizados, se desembocará numa crise "de consequências imprevisíveis" —, eles insistem em afirmar que a negociação individual não pode ser substituída por uma gestão coletiva, dadas as circunstâncias que afetam os países latino-americanos.

Por sua vez, os EUA vêm mantendo uma atitude de expectativa e já reiterou sua opinião de que continuam sendo válidas as gestões bilaterais de renegociação, assim como a necessidade de programas de austeridade respaldados pelo FMI.